

PROLEC GE BRASIL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ 33.401.635/0001-50

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 (Expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																						
Balanco Patrimonial						Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa													
Ativos	Nota	31/12/23	31/12/22	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/23	31/12/22		Fluxos de Caixa das Ativ. Operacionais	Nota	31/12/23	31/12/22										
Circulante				Circulante																		
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.384	2.624	Empréstimos	12	17.643	15.987	Receita operacional líquida	21	611.738	383.491											
Contas a receber de clientes	5	78.414	86.039	Fornecedores	14	79.131	97.723	Custo dos produtos e serviços prestados	22	(547.522)	(365.680)											
Partes relacionadas	16	111.677	1.316	Fornecedores - Confirming	15	-	-	Lucro Bruto		64.216	17.811											
Estoque	6	152.977	96.558	Adiantamentos de Clientes	16	36.644	45.219	Despesas gerais e administrativas	22	(49.250)	(31.917)											
Instrumentos financeiros derivativos	18	11.440	2.577	Instrumentos financeiros derivativos	18	5.730	3.887	Despesas com vendas	22	(6.155)	(4.788)											
Impostos a recuperar	8	13.836	45.621	Provisões	19	12.765	11.378	Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		8.811	(18.895)											
Outras contas a receber	8	8.767	5.418	Benefícios a empregados	20	1.830	1.756	Receitas financeiras	23	1.485	1.567											
Ativos de contrato	7	117.349	125.517	Salários, provisões e encargos sociais		23.396	11.635	Despesas financeiras	23	(29.900)	(28.543)											
Outros ativos		-	385	Impostos a pagar		4.829	3.392	Resultado financeiro, líquido		(28.416)	(26.975)											
Total do Ativo Circulante		539.844	366.055	Total do Passivo Circulante	13	524.251	446.334	Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(19.604)	(45.870)											
Não Circulante				Não Circulante				Imposto de renda e contribuição social		-	-											
Impostos a recuperar	8	-	577	Provisões	19	18.646	4.596	Prejuízo do Exercício		(19.604)	(45.870)											
Imobilizado	9	44.330	42.638	Arrendamentos a Pagar	13	8.309	10.720	Demonstração dos Resultados Abrangentes														
Intangível	10	2.990	2.850	Total do Passivo Não Circulante	17	26.955	15.316															
Direito de uso	11	6.757	8.142	Patrimônio líquido																		
				Capital social		195.666	99.264	(Prejuízo) líquido do exercício		31/12/23	31/12/22											
Total do Ativo Não Circulante		54.077	54.207	Reserva de capital		3.580	6.114	Instrumentos financeiros derivativos		(19.604)	(45.870)											
Total do Ativo		593.921	420.262	Ajustes de Avaliação Patrimonial		6.873	(2.965)	Remensuração de passivo atuarial		9.697	(1.303)											
				Prejuízos acumulados		(163.404)	(143.800)	Total do resultado abrangente		(9.767)	(48.835)											
				Total Patrimônio Líquido		42.715	(41.387)															
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		593.921	420.262															
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido																						
	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido																
Saldos em 31 de dezembro de 2021		99.264	6.114	(97.930)	(58)	7.390																
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(45.870)																
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	(1.303)	(1.303)																
Remensuração de Passivo Atuarial	1 e 16	-	-	-	(1.604)	(1.604)																
Saldos em 31 de dezembro de 2022		99.264	6.114	(143.800)	(2.965)	(41.387)																
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(19.604)																
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	9.697	9.697																
Remensuração de Passivo Atuarial		-	-	-	140	140																
Integralização de capital social		96.402	-	-	-	96.402																
Transações de capital entre sócios		-	(2.534)	-	-	(2.534)																
Saldos em 31 de dezembro de 2023		195.666	3.580	(163.404)	6.872	42.714																
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras																						
1. Contexto Operacional: A Prolec GE Brasil Transmissão de Energia S.A. ("Prolec GE" ou "Companhia"), anteriormente denominada Kalinic Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado localizada na Av. Guilherme Schell, 11500 - Industrial, município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. Suas acionistas são a Internacional Prolec S.A. de C.V., sociedade organizada de acordo com as leis do México, com sede na Carlos Salinas de Gortari, km 9,25, Nuevo Leon, Monterrey, México, e a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda., com sede na Avenida Embaixador Macedo Soares, 10.001 - Prédio 41, Sala 500, Vila Anastácio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O objeto social da Companhia consiste nas seguintes atividades: (a) a importação, exportação e fabricação de aparelhos e equipamentos para a transmissão, distribuição e controle de energia; (b) a prestação de serviços relacionados à instalação de máquinas industriais, de equipamentos de transmissão e distribuição de energia e de sistemas elétricos. A Companhia foi constituída em 18 de abril de 2019 e iniciou sua atividade operacional em maio de 2020. Durante o exercício de 2023, a Companhia obteve melhoria em suas operações e crescimento de mercado com a expansão de seus negócios, apresentado crescimento de sua receita líquida e aumento das margens em comparação a 2022. Adicionalmente, houve aporte de recurso dos acionistas e redução do endividamento em 2023, de modo que as demonstrações financeiras apresentem capital circulante líquido positivo e patrimônio líquido positivo em 31 de dezembro de 2023. Com base no contínuo crescimento das operações previstas em seu plano de negócios, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Assim sendo, a Administração adotou a base contábil de continuidade operacional para preparação de suas demonstrações financeiras.																						
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do CPC: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica CPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 3 de maio de 2024. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram apresentadas em reais - moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Em que pese os melhores esforços da Administração definição de tais critérios, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para redução ao valor recuperável, perda de créditos esperada (nota explicativa nº 5), perda estimada nos estoques (nota explicativa nº 6), provisão para garantias, contratos onerosos, multas contratuais e riscos trabalhistas (nota explicativa nº 19). e) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.																						
Aplicação obrigatória: exercícios anuais																						
Normas	Descrição	com início em ou após																				
IFRS 17/CPC 50	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023																				
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023																				
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de políticas contábeis	2023/IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)																				
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	1º de janeiro de 2023																				
f) Novas normas e interpretações não adotadas pela Companhia: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.																						
Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto																						
Alterações à IAS 17/CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante																					
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants																					
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores																					
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"																					
A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.																						
3. Principais Políticas Contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários denominados e apurados em																						
moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. b) Reconhecimento de receita: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, sendo geralmente quando o cliente recebe o produto ou o serviço é prestado. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, considerando a possibilidade legal de exigir o pagamento pelo cliente ou pela entrega do produto ao cliente (transferência de controle), e mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Não há uso alternativo para os ativos vendidos. Os valores relacionados a ativos de contratos correspondem aos saldos de receitas reconhecidas à medida que a Companhia conclui a obrigação de desempenho prometido ao cliente. Qualquer valor anteriormente reconhecido como ativo de contrato é reclassificado para contas a receber de clientes quando esse valor é faturado ao cliente, em linha com uma série de marcos relacionados ao desempenho dos contratos. Valores cobrados para marcos de desempenho anteriores ao marco de reconhecimento de receita são contabilizados como adiantamentos de clientes. A classificação entre ativos e passivos é realizada por contrato/projeto. c) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: - Receita de Juros: Despesa de Juros - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros - Ganhos/perdas líquidos dos instrumentos de "hedge" que são reconhecidos no resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. d) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma companhia sujeita à tributação. e) Contas a receber de clientes e outras: As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. A provisão para perda de créditos esperada é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas esperadas na reação dos créditos. f) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor razoável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos de mão de obra e gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. As provisões para estoques obsoletos ou para realização são avaliadas a cada data do balanço patrimonial e constituídas em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques. Importações em andamento e materiais em trânsito são registrados ao custo de compra identificado, não excedendo o valor realizável líquido. g) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. O imobilizado está líquido de créditos recuperáveis de PIS, COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ativos com vida útil definida são avaliados somente quando houver indicativos. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando partes significativas de um item imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação dos itens do ativo imobilizado diretamente empregado na produção é reconhecida como custo. Por sua vez, os itens do ativo imobilizado que não forem usados diretamente na produção terão suas depreciações contabilizadas como despesa. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada dois encerramentos de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. h) Direito de uso: Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data																						

Continua >>>